

Varela, R. (2024). *O canto do melro — A vida do Padre José Martins Júnior*.

Bertrand. Lisboa. 264 pp.

ÁLVARO LABORINHO LÚCIO¹



«Na sua espantosa vida e obra encontrei a resistência a toda a forma de obscurantismo, à censura velada e ao “pensamento único”, que — hoje também — infestam a esfera pública em Portugal». São palavras de Raquel Varela, no *Post Scriptum* com o qual encerra este magnífico *O canto do melro — A vida do Padre José Martins Júnior*, palavras que, prosseguindo, nos dizem que «a partir da Ribeira Seca não se construiu uma comunidade fechada, mas uma Utopia, de carácter universal».

E tanto basta para que a Ribeira Seca seja logo convocada, entre outras possíveis, para a condição de personagem, chamada a contracenar com o Padre José Martins e com essa outra figura de um narrador participante, Richard de seu nome, que a autora, qual Maiakovsky,

¹Juiz Conselheiro e escritor. O autor escreve segundo o acordo ortográfico de 1945.

«todo ele coração», saído da epígrafe, manipula ao longo da obra, não raras vezes com ele se identificando ela própria.

É essa Ribeira Seca, agora em simultâneo vista como palco, cena e personagem que vem permitir a uma emérita historiadora contar todo um tempo sobre o qual prevaleceu, na narrativa estabelecida, o relato de quem fixa o poder dos ganhadores, mas que, aqui, se rende a outras falas, outras memórias, outros heróis, afinal de contas, outros vencedores no tempo exacto no qual se travava a batalha e se ganhava ou perdia em cada luta, em cada combate, apeteendo dizer, numa simples inspiração evangélica, «naquele tempo...».

Na verdade, o tempo da obra, ainda que subdividido em tempos curtos como se de capítulos se tratasse, busca os seus limites entre os anos da ditadura e os que sucederam a Abril de 74, sendo aí que se inscreve a história, agora contada pela gente do povo, nesse Machico onde «o vocábulo “povo” não é força de expressão, é palavra mágica». É então que Ribeira Seca, ainda ancorada em tal magia, se transforma de observada em observadora, em ponto de vista, a dar lugar a um olhar crítico voltado para o Município, para as Ilhas, para o país. E tudo é, então, esta «gigante Ribeira Seca que é o país inteiro».

Toda a narrativa se vai desenrolar ao som d'*O canto do melro*, num permanente discurso

de sabor republicano e anticlerical, na ilustre companhia de José Martins Júnior e Sidónio Muralha, suportados, em coro, pelo Cancioneiro da Ribeira Grande, todos a venerarem a figura de Guerra Junqueiro e a sua obra satírica e iconoclasta, e tudo dando fundo à peça que está para começar.

Aberto o pano, logo se ouve:

— «Sr. Padre! Sr. Padre! Acorde, Santo Deus!... Padre Martins! Acuda-nos, Sr. Vigário!».

Rosa Perestrelo Noia. «Junto dela, um de cada lado, dois gémeos vivos acabados de nascer. A mãe morta, os filhos vivos. O contrário da *Pietà*». Prostrado diante do quadro, o Padre Martins. Aos olhos do povo ele é a possibilidade da acção consequente, e interroga-se: «Como ser-se quem se é? Que escolhas? A quem sirvo eu, a quem servimos nós, padres? A Jesus de Nazaré, à Igreja vaticana romana ou aos cristãos, às pessoas? Valerá a pena servir esta Igreja?».

E é ver como, ao longo da história, Raquel Varela nos aponta vários caminhos construídos a partir ora do próprio pensamento do Padre José Martins, ora das suas práticas, polvilhando toda a narrativa com múltiplas sugestões de resposta às interrogações da sua personagem principal. Centrado na figura histórica de Jesus Cristo, sem negar a fé que o fez padre, José Martins Júnior toma em mãos o sentido

último do Evangelho, aí se afirmando ao serviço do povo de Deus, e não como servo acriticamente submetido aos ditames do clero e da hierarquia da Igreja com eles comprometida. É assim que, inspirado em Dostoievski, confessa, referindo-se a Cristo, que a sua «revolta contra a Igreja é por causa Dele. Foram os sumos sacerdotes que condenaram Cristo. Foi a hierarquia da religião-sinagoga que O matou! E tem-no feito ao longo da história. Como pode ele segui-lo hoje em dia?», pergunta a autora, a terminar.

Daí parte com a sua personagem para nos levar, a nós, leitores, a repensar o sentido do catecismo, a procurar saber «para que serve a catequese»; a interrogarmo-nos sobre a razão das várias passagens em que se desdobra a celebração da missa, desde as leituras, que colocava na boca dos participantes que, além de lerem, eram chamados a comentar o que liam; até ao ritual mais solene, a Consagração, onde dizia, numa só frase, a expressão da Última Ceia: «Isto é o Meu Corpo, Isto é o Meu Sangue», alterando a fórmula canónica que separa o Corpo do Sangue, passando depois pela Comunhão, onde, bem diferentemente do habitual, havia «uma mesa grande, o altar, onde são postas as hóstias», sendo aí que os fiéis, ordenadamente, se dirigiam, tomavam «a hóstia e voltavam para o seu lugar», sem intermediários. A tudo isto, e muito mais, acrescia a prática da confissão, acompanhada

depois pelas correspondentes «absoluções gerais ou coletivas».

Sempre de mente inquieta, José Martins Júnior não esconde as suas interrogações constantes e, já bem perto do fim, num renovado diálogo com Ricardo, perguntando-lhe este se «ainda mantém as mesmas dúvidas», responde, lançando «os braços ao céu»: «Ó Ricardo, mais, tenho mais! Quando subo ao altar para celebrar a missa, falar ao povo, presidir a outros sacramentos, assalta-me sempre esta dúvida: para quem fazes isto?», concluindo, mais adiante, dizendo: «não sei se me deixarei morrer nesta instituição hipócrita que está nos antípodas do Evangelho de Jesus!».

Não admira, pois, que já muito antes o bispo, dirigindo-se aos fiéis, no Machico, tivesse proclamado que «no meio de vós há um judas, fala no nome de Cristo, mas para atraindo Cristo, como o Judas traidor há dois mil anos. Ele não está com o bispo. E quem não está com o bispo não pode estar com Cristo».

Entretanto, se estes eram sinais fortes a definirem um padre estimulado pelo exemplo dos clérigos brasileiros promotores da teologia da libertação, com D. Hélder da Câmara à cabeça, outros sinais, não menos poderosos, identificavam-aquele-homem-que-também-era padre: «Era noctívago, gostava do silêncio e do escuro da noite — nessas horas compunha

as músicas, pensava os sermões e escrevia alguma poesia».

Diz-nos Raquel Varela, isto é, Richard, ou, talvez melhor, Ricardo, que

Martins era alegre e magnético, como se fosse uma figura delicada. Ou gesticulava de braços abertos, sorrindo a reboque das suas próprias provocações espirituosas; ou parava, franzindo os pequenos olhos por longo tempo, sem medo de que o esperassem. Então, olhava para baixo. Para a terra, e punha-se a pensar.

Coisa assaz perigosa, acrescentamos nós.

Um momento surge, entretanto, no qual a autora deixa bem vincada uma característica essencial, de extracção profundamente ideológica, a definir a personagem:

«o Padre Martins [diz Raquel Varela] era a negação da natureza humana. Era a construção humana – pela ação da cultura e da educação».

E, como é interessante este traço de identidade, reconduzindo o leitor ao essencial, isto é, ao ponto onde o rigor se torna, também ele, uma exigência ideológica, deixando sugerida uma marca que aqui bem pode qualificar-se de brechtiana e que Bernard Dort identifica como traduzida no «nascimento de uma nova sociedade que escapa à natureza, de uma sociedade que se faz a si própria».

Neste caso, quando religião e ideologia se veem frente-a-frente, para um encontro ou para um confronto, o Padre Martins, sem negar quer uma, quer outra, escolheu o povo como o traço eventualmente mais comum entre ambas. Por isso, não negou a ideologia e apostou no encontro entre esta e a religião.

«Quando ele chegou, levou consigo a música. E o povo alegrava-se no adro da igreja». Em breve se passou à poesia. E vieram as mulheres. No arrasto de Maria da Conceição Góis, com o episódio do bilhete deixado por esta, em casa do padre, no qual escreveu, sem pontuação: «Senhor Vigário não tem leite». No arrasto desta – dizia – chegaram a Egídia, a Violante, a Encarnação Bacanhim, a Josefina Melim, a Virgínia, a Júlia, que havia de protagonizar episódio hilariante envolvendo a Justiça e os tribunais, com ela a tratar por tu o meritíssimo magistrado. Todas estas mulheres, «autênticas Joanas d’Arc da Ribeira Seca».

De Maria da Conceição Góis, diz o padre ser ela «um daqueles casos típicos da idiossincrasia rural, em que se associam a intuição, o pragmatismo e uma certa ingenuidade». Foi ainda Maria da Conceição quem, perante o impedimento de o Padre Martins exercer o ministério sacerdotal, e a proibição imposta à Congregação das Religiosas da Caldeira em Câmara de Lobos, de fornecer as hóstias à Ribeira Seca, «logo deu a ideia: – Compra-se uma máquina

de fazer hóstias. E assim aconteceu durante quarenta e cinco anos». Esta Conceição Góis, que, nas palavras do Padre Martins, «foi Mãe deste povo, a Mãe que dá o pão e o ensino, sacrificando-se no ferro em que cozia a farinha de trigo, transformando-a nas hóstias servidas na mesa do altar».

Com toda a naturalidade, «o povo apaixonou-se por este padre que trazia música e sinceridade». O povo, sempre o povo!

Quem conhece o povo sabe da sua atávica ligação ao teatro. Sabiam-no, entre muitos outros, Lope de Vega, e por isso escreveu *Fuenteovejuna*, Bertold Brecht, e escreveu *Mãe coragem*, e sabia-o bem o Padre Martins. O que jamais seria, sem ele, imaginável, era a representação de *A visita da velha senhora*, de F. Durrenmat, que, com absoluta estranheza, encenou em Macuba, na Zâmbia, com civis e militares. Ali, para onde fora atirado como capelão militar pelo bispo João Saraiva, «Com a viola ao ombro a substituir a espingarda e ao som da música [...] uniu jovens, criou um grupo orfeónico».

Ora, com a mesma estranheza, iniciativas semelhantes espalhou depois por Ribeira Seca.

Estranheza, porém, descartada por quem soubesse da senhora Rosa. «*Colo, Cultus, Culturas*. A cultura da terra, a cultura da música, do teatro e do culto religioso. Ouvir a Rosa, era regressar

ao encanto dos romances populares de outros tempos», e era sentir, melhor, compreender o real significado das festas do povo, das Festas da Ribeira Seca. Recordá-las,

[...] é como folhear num álbum revestido de alegria as vivências de um povo, a sua história polícroma, as raízes da sua nascença e o crescimento de um corpus colectivo, onde se misturam as dores e os sucessos, as humilhações e os aplausos, as lutas e as vitórias. Em termos de empenhamento comunitário eram um íman mobilizador muito mais intenso que o Natal ou a Páscoa,

Diz «Martins, com saudades».

A Religião, a História, o Povo, a Política, tudo é chamado aqui pela voz de um Padre, empenhado na construção de «um mundo dos justos», a lembrar Albert Camus e as suas idênticas inquietações.

— A Política — disse eu.

Com o 25 de Abril de 1974, «a ditadura colapsou». Nas palavras de Ricardo,

na Madeira o mundo virou-se dos pés para a cabeça. Finalmente um fôlego. Era a revolução, nem violenta, nem caótica, nem de militares. A revolução foi a desobediência ao fiquem em casa dos militares. A revolução é gente a agarrar a vida nas mãos. Uma lição de delicadeza, afeto e escolhas.

Num saboroso e esclarecedor diálogo entre Ricardo e o Padre Martins fala-se de democracia, da democracia ateniense, no pensamento de Antero de Quental sobre o municipalismo, os mestrais da Idade Média, «quando eram eleitos como representantes da cidade os membros por cada profissão», e na acção do poeta como fundador em Portugal da Associação Internacional dos Trabalhadores, criada em 1864 por Marx e Engels. Cabe, então, a Martins encerrar a conversa, o que faz, concluindo:

Tem razão, Ricardo. Julga-se que a democracia tem doadores, que ela é esmola de um bemérito. Nada de mais antidemocrático, morreu à nascença. Toda a democracia se faz tronco à custa de suor e do pensar do povo trabalhador. De contrário é peca. E perigosíssima. Porque toma uma veste de ovelha para esconder um lobo por dentro.

Daí passou-se, autorizada pelo Padre Andrade, padrinho de Martins, à ocupação da sede da Acção Católica, para lá se instalar o Centro de Informação Popular do Machico, onde se promoveram «reuniões, comícios, protestos, organizou-se a biblioteca e o arquivo — para serem donos da própria história — e um grupo coral. E, claro, um jornal, a voz pública, para formar e informar».

Tratava-se, agora, de escolher os nomes que o povo queria ver à frente da Câmara Municipal. Em várias votações, Martins foi sempre o mais votado. «O mundo está perdido! Aquele con-

fiadão! — comentavam as duas velhas, “meninas solteiras”, à janela do prédio senhorial onde azougavam», perante a eleição do «filho da empregada».

Notável é a descrição de Raquel Varela de toda a cena, tendo como personagens o Padre Martins, chamado ao Palácio Episcopal, e o Bispo, apostado na destituição do pároco; e, depois, nos desenvolvimentos que, protagonizados pelo povo, culminaram com a população fazendo da Câmara o que fazia no Centro: «Organizavam a democracia debaixo para cima».

As mudanças protagonizadas pelo povo tornavam-se coisa possível e visível, de todas se destacando o início do fim da *colônia* na Madeira, porventura a principal.

Uma vez mais, pela voz de Richard, a autora dá-nos conta de que

na Ribeira Seca, em dezanove meses avançaram-se quinhentos anos; os pobres decidiram, os analfabetos falaram, os surdos tocaram e os ricos esconderam-se; os professores ensinaram, os médicos curaram e um padre foi cristão como Cristo, que mandou que nos amássemos uns aos outros.

Foi, entretanto, o mesmo padre que percebeu o papel essencial a reconhecer à educação. Quer à educação escolar, formal, quer à educação das pessoas, pelo simples facto de

serem pessoas. Martins «era um educador nato, acreditava na transmissão de conhecimentos e na transformação humana». «Uma das mais belas e bem conseguidas conquistas do 25 de Abril na Ribeira Seca foi a construção da escola», com toda a saga que constituiu o processo até se celebrar o êxito, e que, uma vez mais, aqui se descreve com a força que o tema reclama.

Por outro lado, é belíssima e, ao mesmo tempo, tão actual, a resposta do Padre Martins à questão de saber como fazia «com alunos que não aprendiam», ou, como se diz hoje, que não querem aprender:

Antes de reagir, perguntar porquê. O que se passa? — E exemplificou: «Quando fui professor no seminário, decidimos entre todos que, uma hora e meia por dia, os estudantes teriam de ler e estudar no salão, sem interromper, nem sequer para irem à casa de banho. Fossem antes. Estávamos numa dessas sessões quando reparei que um aluno não saía da mesma página. Dei a volta à sala, outra volta, e até ao fim daquela hora e meia nunca mudou de página. “Queres irritar-me?”, pensei eu, mas nada lhe disse.

No fim veio ter comigo:

— O que se passou? — perguntei-lhe.

— Não disse nada no salão para não interromper o silêncio, Sr. Padre. Mas, meia hora antes do nosso estudo ligaram-me de Câmara de Lobos. A minha mãe morreu».

E conclui o Padre Martins: «Ganhei um amigo para toda a vida naquele aluno... Não reagir sem pensar, domar o ímpeto, perguntar sempre porquê».

A gente lê, reflecte, e vem-nos à memória um imenso desfile de outros nomes que tanto ensinaram para tão pouco ter sido aprendido. Paulo Freire, António Sérgio, Agostinho da Silva, João dos Santos, Sebastião da Gama, este, que Raquel Varela não deixa de trazer ao convívio imaginário do pároco de Ribeira Seca.

Por outro lado, e noutra dimensão, é o mesmo Padre que, sem perder a sua ligação, que podemos ter como ontológica, ao povo que o escolhia, se fez deputado regional, sem jamais trair as suas referências essenciais e o seu compromisso com os seus eleitores. E explica: «— A política era o chão em que tínhamos de andar. Se eu não fosse deputado não podia falar. Antes da UDP, a percursora foi a FEC-ML. Frente de Esquerda Comunista Marxista-Leninista».

O Padre Martins sabia que «há uma parte do povo que teima em não aprender [...] e ainda há menos quem ajude o povo a pensar». Daí partia para a conclusão de que

dá mais trabalho pensar que rezar. E nas igrejas põem o povo a repetir fórmulas que não entende, só para não deixar fluir o pensamento positivo. À autoinvestigação, autodeterminação, auto-organização, autorresponsabilidade perante o mundo, preferem a

dependência. Os políticos de hoje são os mais interessados nisso.

Neste belíssimo *O canto do melro*, sucedem-se as situações, muitas delas ligadas à acção política desenvolvida pelo povo e à correspondente reacção das forças políticas e policiais detentoras do poder na Região, como aconteceu com o cerco à igreja:

Na Ribeira Seca, a polícia cercou a igreja e o povo cercou a polícia. Dezoito dias e dezoito noites. [...] A estratégia não era simples, guerra de posições, diria o filósofo marxista António Gramsci: a população vigiava a polícia, não arredando pé, sempre que os polícias se afastavam, a população acercava-se da igreja para mudar os fechos da porta; quando a polícia regressava, a população batia em retirada uns metros acima, para os campos em redor, e aí ficava vigilante.

Enquanto isso, outras situações prendiam-se mais com o tratamento dado ao Padre Martins pela hierarquia da igreja, acabando na sua destituição.

No caminho para o encerramento, Raquel Varela deixa-nos dois momentos de leitura magníficos, a convocarem para um fecho disfarçado de diálogo. No primeiro, ainda no espaço da trama (estamos perante um romance), oferece-nos uma outra conversa longa entre o narrador, Ricardo, e a personagem narrada, José Martins Júnior. Raquel Varela confirma-se aqui como a escritora de excelência que se re-

velara já, página a página, ao longo de todo o texto. Neste capítulo, fortíssimo, aberto com a poesia de Sidónio Muralha, é o romance que termina e, como não podia deixar de ser, termina com a palavra de José Martins Júnior.

Importa, porém, reter que muito da obra, diria que o principal, fica para ser lido e jamais aqui apresentado. Para essa indispensável leitura, não deixarei, ainda assim, de sugerir que seja, ela, antecedida por uma visita à contracapa e à badana de apresentação. Delas constam duas sínteses perfeitas, a estimularem a descoberta.

Numa perspectiva diferente, mais de cunho pessoal, cada leitor encontrará outras personagens, outros nomes, uns mais de todos, como o de Otelo, outros mais de cada um, como, no meu caso, o de João Martins, irmão do nosso protagonista, meu contemporâneo, em Coimbra, nos anos 60, frequentando Direito, que voltei a encontrar em Maputo, como juiz do Supremo Tribunal de Moçambique, e ainda em Luanda, onde, no aeroporto, à minha partida, entrou a correr para me oferecer duas belíssimas estatuetas da arte popular angolana, que guardo religiosamente, como memória estética de uma dádiva que foi e é muito mais do que uma oferta.

Mas também, noutra visita da memória, o nome de Paquete de Oliveira, Padre no Funchal, responsável aí por uma imprensa corajosa e, mais tarde, já no Continente, professor universitário, sempre comprometido com a análise crítica

da realidade e com o valor do conhecimento, meu companheiro na acção, e amigo, que tão precocemente nos deixou.

Ou, ainda, a lembrança da figura e da pessoa, recta e corajosa, do juiz Ferreira Neto, meu estimado colega, que, no seu encontro com o Padre Martins, o transformou, do réu assim injustamente qualificado, num seu verdadeiro amigo.

Mas a autora dá-nos mais. Encerrada a narração, não resistiu a escrever o *Post Scriptum*. Deixando nele elementos fundamentais para a leitura do que fica escrito e chamando a história narrada à sua prova de validade no presente, Raquel Varela encerra com uma confissão:

Foi a inquietação de aliar a estética à política, sem submeter uma à outra, que me levou a seguir por este caminho. Caberá ao leitor avaliar se tal opção chegou a bom porto ou, pelo menos, se não encalhou totalmente... Foi a primazia do objeto — neste caso, sujeito, ele,

Martins — que exigiu esta «transubstanciação estética». O conteúdo reclamou a sua forma.

Por mim, legitimado pelo meu lugar de nascimento, acostumado às ondas, e habituado ao abrigo dos portos, não deixo dúvidas quanto ao bom porto a que arriba esta nova embarcação tripulada por Raquel Varela. Perante ela, volta a poder perguntar-se, com F. Durrenmatt, se a literatura, no caso dele, o teatro, pode transformar o mundo; ou, em questão mais aberta, se a literatura salva o mundo.

À interrogação do autor de *Justiça*, respondeu Brecht, dizendo que sim, que o teatro pode mudar o mundo, mas apenas se o mundo for ainda susceptível de mudança.

À outra pergunta, respondeu Hélia Correia. Segundo ela, «não! a literatura não salva o mundo», mas — acrescenta — «o mundo não se salva sem literatura».

E disso é bem a prova este *O canto do melro*, de Raquel Varela.